

IMPRENSA JORNALÍSTICA DAS COLÔNIAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA: VISÃO DE CONJUNTO

PERIODIC PRESS FROM PORTUGUESE SPEAKING COLONIES:
AN OVERALL VIEW

Antonio Hohlfeldt*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
hohlfeld@pucrs.br

Resumo:

Existem excelentes obras sobre a imprensa jornalística portuguesa e brasileira, assim como bons trabalhos de referência sobre a imprensa jornalística angolana, moçambicana, cabo-verdiana, goana, madeirense ou açoriana. Contudo, inexistem qualquer obra que busque a unificação destas histórias que, em última análise, são uma única e só história, ainda que com *nuances*. Entende o autor a necessidade de se promover esta aproximação, buscando uma história única, pois as características da imprensa jornalística são semelhantes e grande parte dos acontecimentos igualmente se cruzam. O artigo propõe uma primeira abordagem de conjunto, genérica, mas a partir da qual podem-se fazer estudos mais complexos e de maior profundidade.

Palavras-chave: imprensa lusófona; imprensa das colônias de expressão portuguesa; história do jornalismo; teoria do jornalismo

Abstract:

There are excellent works about the Portuguese and Brazilian newspaper press, and good reference works on the newspaper press from Angola, Mozambique, Cape Verde, Goa, Madeira or the Azores. However, there is no work that seeks the unification of these stories that ultimately are one and only history, despite its nuances. The author felt the need to promote this approach, seeking a unique history, because the characteristics of the periodic press are similar and most of

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, Brasil. Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (gestão 2011-2014); pesquisador do CNPq; integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

its events intersected. The article proposes a first and generically approach from which more complex and deeper studies could be developed.

Keywords: Lusophone press; press from Portuguese-speaking colonies; history of journalism; journalism theory



Introdução

Não conhecemos obra que, no âmbito da história da imprensa jornalística portuguesa ou brasileira, tenha dado especial atenção às terras que, em África ou Ásia, também receberam a influência de Portugal e que, por decorrência, em algum momento, igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo, ainda nos tempos de colonização. Este estudo está, de certo modo, por ser feito, e a ele passamos a nos dedicar recentemente, instigados e orientados por Salvato Trigo¹. De modo geral, os estudos sobre a imprensa jornalística colonial portuguesa dão destaque apenas ao Brasil (Tengarrinha, 1989). Quanto às histórias da imprensa jornalística brasileira, não fazem qualquer menção à existência de uma imprensa jornalística que, contemporânea a ela, naquele século XIX, e ao longo de boa parte do século XX, desenvolveu-se nas demais antigas colônias de Portugal. E se encontramos histórias individualizadas do jornalismo e da imprensa tais como praticados em Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, ou em quaisquer outras colônias portuguesas, não se tem, contudo, uma visão de conjunto².

Estas observações as fizemos ainda em fins de 2008 (Hohlfeldt, 2011), quando apresentávamos um primeiro estudo a respeito do tema. Passados

1 Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar os jornais de antigas colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Posteriormente, apresentamos e tivemos aprovado projeto de pesquisa no CNPq, no período 2009-2014, que aprofundou o tema. Em consequência, foram propostos subprojetos para alunos de Iniciação Científica à própria PUCRS, CAPES, CNPq e Fapergs.

2 O conceito de jornalismo ou imprensa colonial de expressão portuguesa, buscamos-lo em TRIGO, Salvato – *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa* (Porto: Brasília, 1977), generalizando-o para o nosso estudo.

quase quatro anos, continuamos com a mesma perspectiva, infelizmente, com raras modificações³.

Este trabalho parte daquele primeiro estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa. Valemo-nos, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado (2001), que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pêro Vaz de Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o *Diário da navegação*, de Pêro Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto àqueles reunidos sob a denominação genérica de *histórias trágico-marítimas* que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas (Brito, 1998). Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as *Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina*, de 1558. É evidente, contudo, que o advento da imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Coroa Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos (Sousa, 2013).

Com a chegada da imprensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. Os primeiros relatos foram impressos em Portugal, no ano de 1626 sob a forma de carta e com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redactor assinou com o pseudônimo de Francisco de Abreu, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que, em 1628, faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de*

3 Essas modificações têm a ver com o surgimento de faculdades e universidades nos territórios hoje independentes daquelas antigas colônias, a institucionalização de cursos de Comunicação Social e, sobretudo, de Jornalismo e, por consequência, as atividades de pesquisa acadêmica, de revisão histórica, de análise crítica da realidade contemporânea, etc. Novas gerações de pesquisadores, formados nessas academias, somam-se aos estudos dos pioneiros, que abriram caminhos, mas que se apresentavam sem maiores formalizações, metodologias científicas ou bases documentais.

1626 até Agosto de 1627 – a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora (Sousa *et al.*, 2007).

Nossos estudos

Com o auxílio valioso de alunos de iniciação científica, todo o material por nós trazido da Biblioteca Pública Municipal do Porto foi devidamente digitado, organizado em dois ficheiros – um em ordem alfabética das publicações e outro em ordem cronológica – sempre individualizando cada uma das antigas colônias, juntando-se, então, o fichamento com as imagens recolhidas e digitalizadas. Passamos, depois, à postagem deste material no portal criado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS – o NUPECC – Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação, que apresenta, sempre que possível, devidamente digitalizadas, as primeiras edições de cada uma daquelas publicações encontradas no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto⁴. Hoje, todos esses periódicos encontram-se disponibilizados, pública e gratuitamente, na Internet. Aí se apresenta uma entrada geral e links específicos de cada acervo, que contém, além das imagens digitalizadas, um artigo introdutório a respeito da história da imprensa jornalística das antigas colônias, bem como dados sumários a respeito de cada publicação. O processo ainda não está acabado, pois carece de revisão e de complementos de outros materiais que foram trazidos no formato de cópias reprográficas e que devem ser ainda digitalizados.

Movimento colonial

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase no reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415),

4 Devemos expressar aqui especiais agradecimentos à Sra. Dra. Carla Souza, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, que facilitou-nos o acesso a livros e documentos presentes nos ricos acervos das bibliotecas portuguesas; e também à Sra. Dra. Marta Rua, Diretora Técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem cujo apoio decidido e decisivo teria sido impossível digitalizar todo este material que, atualmente, procuramos colocar à disposição de eventuais interessados.

a que se seguiria a conquista da Grã Canária, a partir de 1424 (Brandão, 1995). Em 1 de maio de 1460, Diogo Gomes e António da Noli descobrem a ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde (Gonçalves, 1966b); o mesmo Diogo Gomes chega à ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola), estabelecendo aí relações comerciais com o Reino do Congo (Gonçalves, 1964). A 1 de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge (Múrias, 1940). Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil. As regras básicas estabelecidas pela Coroa para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa, sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que, ao longo dos séculos, vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Cortes: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos. Uma dessas políticas era a completa interdição de prelos nas mesmas, realidade que caracterizou a todas, com uma única exceção, a de Goa, na Ásia. O Brasil, por exemplo, só conhecerá a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e logo depois o primeiro jornal editado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quanto às demais colônias, foi Bernardo Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13.º do Decreto de 7 de dezembro, determina que se fundem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias (Lourenço, 2003). Entendemos que a inversão da antiga política colonial portuguesa, de absoluta interdição do prelo em suas terras, deveu-se, quer aos movimentos liberais do Porto, de 1817, quer ao que se sucedeu, culminando com a independência do Brasil, em 1822. Causa espécie, de qualquer forma, a reversão tão radical da antiga política: da interdição absoluta, ao longo de três séculos, passa-se

ao reconhecimento, e mais – à determinação – para que se crie – oficial, embora – a imprensa em cada uma das então colônias.

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho da terra, em 1842. Enviada para Luanda através de navio, lá não chegou, pois o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole (Gonçalves, 1964: 19). Em 1845, o Governador-Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do *Boletim Oficial*.

Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um *Boletim Oficial*, que se publica a partir de 13 de maio daquele ano, sob os auspícios do Governador Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que a exaltou: “A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilização d’uma grande parte dos povos do universo” (Gonçalves e Menezes in Dias, 1957: 45).

Da mesma maneira, em Cabo Verde, o *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde* começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes de Angola. A publicação era formada basicamente por duas grandes editorias, a do “Interior”, dedicada às questões de Portugal, e a do “Exterior”, que recebia notícias advindas dos demais países. A editoria do “Interior”, por seu lado, desdobrava-se entre a *parte oficial* – com documentos do governo – e a *parte não oficial* – que na primeira edição trazia o manifesto do jornal, mas que nas demais edições dedicar-se-ia a temas diversos, como era a prática da *Gazeta de Lisboa* ou da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O editor preocupou-se em destacar, naquela primeira e histórica edição, a importância do surgimento da imprensa naquele arquipélago.

Mas foi Goa, na Índia, que antecedeu a todos, pois sua imprensa se iniciara ainda em 1556 (Neves, 1989). Esta imprensa, contudo, dedicou-se exclusivamente à impressão de livros, como as *Conclusiones Philosophicas*, de 1556, ou o *Cathecismo da doutrina christã*, de 1557, de autoria de São Francisco Xavier; imprimiu, ainda, livros de catequese, almanaques e santinhos: tudo material religioso, a que se somariam, depois, livros religiosos hindus, como o *Purana*, de 1654.

Contudo, com a expulsão dos jesuítas de todo o território português a partir de 1750, este processo foi interrompido, sendo retomado apenas

a partir de 22 de dezembro de 1821, antecipando-se mesmo, pois, à decisão real, através da *Gazeta de Goa*, redigido sob a responsabilidade de José Aniceto da Silva (Cunha, 1923: 5). A imprensa jornalística em Goa, assim, começou sem a chancela oficiosa. O *Boletim do Governo do Estado de Goa* circulará apenas em 7 de dezembro de 1837, administrado pelo Secretário de Governo, António Mariano de Azevedo, auxiliado pelo cônego Caetano João Peres e Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda (Cunha, 1923: 7).

Goa constituía, com Damão e Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados [neste momento inicial da imprensa jornalística], 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas” (Neves, 1989: 103).

A esta primeira imprensa, *oficiosa*⁵, presente, pois, em todas as colônias, seguir-se-á uma imprensa não oficial, que pode ser assim referenciada: em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo (1964: 19), o semanário *A civilização da África portuguesa*, de 6 de dezembro de 1866, de Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa” (Everdosa, 2001: 25).

O Progresso, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição; assim se extinguiu, ainda que tenha aberto caminho para outras publicações.

No Cabo Verde, o primeiro jornal não oficial surge em 1 de outubro de 1877 e se chamava *Independente*, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político” (Gonçalves, 1964: 147).

5 Interessante observar que a imprensa *oficiosa*, tal como ocorreu com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas divulgava informações variadas, inclusive bailes e até mesmo anúncios publicitários, podendo, por isso mesmo, ser considerada como jornal, em sentido mais estrito.

Quanto a Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal *A Gazeta de Goa*, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria aberto tal processo (Lopes, 1971: 12).

Periodização e pesquisa

Pesquisadores costumam dividir a história da imprensa portuguesa em três períodos, como quer José Tengarrinha; também a imprensa colonial pode ser estudada a partir de três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, adota-se a seguinte periodização:

- a) desde a *Gazeta*, de 1641, até a revolução liberal de 1820;
- b) desde 1820 ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;
- c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias. Entendemos que se deve acrescentar pelo menos um novo período posterior ao 25 de Abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero (Rocha in Quintero, 1994) .

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo (1964: 19), a propósito do jornalismo angolano. Esta periodização deve, aliás, ser generalizada ao jornalismo das demais colônias, à exceção do Brasil:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e em que, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros

periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Entendemos que, da mesma forma que em Portugal mas com conseqüências mais amplas, uma história dessa imprensa periódica, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com conseqüências mais do que evidentes.

Também se pode pensar uma história dessa imprensa jornalística a partir de seus responsáveis (editores, proprietários, redatores, etc.). De modo geral, pode-se identificar também fases que se explicam pela história de cada colônia, mas que não são muito diferentes, umas das outras (com exceção do Brasil, pelos motivos do processo histórico vivenciado):

- a) o primeiro jornalismo é concretizado por cidadãos portugueses (brancos), quase sempre funcionários públicos ou comerciantes que defendem seus pontos de vista e interesses mais imediatos, sobretudo político-partidários, quando em épocas eleitorais;
- b) o segundo é realizado por mestiços de cidadãos portugueses com nativas (mulatos): abre caminho para um primeiro sentimento nacionalista, ainda que mais voltado contra a dominação das chamadas *empresas majestáticas* do que propriamente contra a Coroa portuguesa. De modo geral, definem-se como portugueses-africanos;
- c) o terceiro é realizado por nativos, negros, e expressa com veemência o desejo independentista e uma ideologia republicana, sobretudo após 1889, com o advento republicano no Brasil.

O que se conhece da história dessa imprensa jornalística? Quais foram seus nomes referenciais? Que características tinha essa imprensa que dependia, simultaneamente, de leis emanadas desde a metrópole, sofria o controle religioso (ainda que menos presente do que aquele que ocorria no próprio Portugal), enfrentava as autoridades locais (não necessariamente apenas portuguesas, mas também aquelas advindas das já mencionadas companhias majestáticas) e, mesmo assim, persistia em buscar a informação e, sobretudo, veicular a opinião?

A bibliografia é relativamente escassa, inclusive em Portugal, e sobretudo dispersa. Por isso, foi essa a etapa de pesquisa a que nos dedicamos inicialmente. Durante pouco mais de três meses, trabalhamos diariamente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto⁶, identificando e lendo esses jornais, alguns dos quais já em sofríveis condições de conservação⁷. Graças a uma cooperação muito decidida da direção da instituição⁸, buscamos cópias digitalizadas de, pelo menos, cada uma das primeiras edições dessas publicações (ou a primeira das disponíveis, porque muitas coleções existem com jornais já em avançado período de publicação e circulação,

6 O projeto, como dissemos, foi proposto pelo Dr. Salvato Trigo, autor de diferentes obras sobre a literatura angolana e que, em anos pretéritos, estudou detidamente esta imprensa, sem chegar a publicar obra mais profunda sobre ela. O acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto é bastante rico quanto a estes jornais, embora bem menos do que se gostaria. O acervo disponível resulta do fato de a Biblioteca do Porto constituir-se em local de depósito legal das publicações portuguesas, ao longo dos séculos XIX e XX, incluídos os jornais. Assim, os periódicos ali reunidos vinham por correios, dirigidos à Biblioteca, segundo se vê no endereçamento da última página de muitos deles, em manuscrito. Foram sendo conservados na medida do possível. São apenas três os títulos disponíveis quanto ao século XIX, mas são exuberantes as coleções do século XX, embora de alguns se tenha apenas um ou pouquíssimos exemplares, e de outros se encontrem coleções quase completas, anos a fio. Alguns apresentam-se com uma periodicidade mínima, obrigados a suspender provisoriamente (o que em geral significou definitivamente) sua circulação, por força da censura, da pressão política ou das dificuldades financeiras (a mais comum das quais o não pagamento das assinaturas ou da própria publicidade). Centramos nossa atenção naqueles periódicos do século XIX disponíveis, a que acrescentamos as observações de historiadores da imprensa dessas nacionalidades, e nos jornais editados nas quatro primeiras décadas do século XX, sobretudo até 1935, devido à intervenção que o Estado Novo, de António de Oliveira Salazar, e sua censura terminaram por exercer sobre tais publicações.

7 Imaginemos o seguinte processo: o papel parte da metrópole, por navio, e é enviado à colônia. Lá, parte dele é destinado à imprensa. Publicado o jornal, pelo menos um exemplar deve ser enviado à Biblioteca do Porto. Evidentemente que o impresso viaja de navio. Imaginemos as condições de ambos os deslocamentos: modo de acondicionamento, maresia, temporais, convivência com outras cargas, etc. É um milagre que ainda disponhamos de tantas e tão diversas coleções desses jornais, devidamente arquivados, ainda que a deterioração do papel – cuja tecnologia de fabricação era, evidentemente, muito mais primitiva – seja o processo natural daquele material tão perecível e tão indefeso.

8 Além dos acervos já mencionados, algum outro material foi mandado buscar à Biblioteca Pública Almeida Garrett, da cidade do Porto; à biblioteca da Universidade do Minho; à Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa, e à própria Biblioteca Nacional de Lisboa, a cujas direções devemos, igualmente, agradecimentos, inclusive quanto à consulta e reprodução de livros especializados sobre o tema.

como ocorre, por exemplo, com *O futuro*, de Lourenço Marques, que se encontra apenas a partir de seu quinto ano de existência, ou dos artigos que entendemos serem interessantes para um estudo mais aprofundado, especialmente aqueles que discutiam a função da imprensa e do jornalismo, a perversão da censura e os desafios que a função jornalística provocava para os seus praticantes.

O trabalho buscou registrar:

1. título;
2. características genéticas (Mouillaud, 1997) e suas modificações através do tempo;
3. linha editorial;
4. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção;
5. temas abordados;
6. publicidade divulgada;
7. história de alguns jornais e/ou revistas de maior destaque ou longevidade;
8. história de alguns jornalistas e/ou fundadores/diretores de jornais, por seu papel pioneiro ou pela inovação trazida;
9. explicitação do conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
10. as principais polêmicas promovidas;
11. relações entre as publicações, sejam da mesma colônia, sejam de colônias diferentes; ou delas com a metrópole; ou delas com o Brasil;
12. a presença do Brasil em suas páginas;
13. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

Como dissemos, a bibliografia é escassa e dispersa. No caso de Angola, os textos específicos se devem a Júlio de Castro Lopo, já mencionado. Mas Salvato Trigo tem contribuição significativa, quando estuda a literatura angolana (1977 e 1981), do mesmo modo que Carlos Ervedosa (2001), também já referido, e Francisco Soares (2001). Devem-se lembrar, ainda, A. Borges de Melo (1985) e de maneira mais abrangente, Pires Laranjeira (1995), José Júlio Gonçalves (1964) e Mário António de Oliveira (1961).

No caso de Moçambique, destacam-se menos autores: é o caso do volume coletivo *1.º Centenário da Imprensa em Moçambique* (1954), além de Júlio Gonçalves (1965) e de Raul Neves Dias (1954). De todos eles, contudo, o mais importante é Ilídio Rocha, pela multiplicidade – sendo atualizados a cada novo livro – de estudos a respeito do tema (a maioria dessas publicações aparece sem data; a mais recente é de 2000).

O jornalismo de Goa tem recebido bons estudos, como os de Jaime Rangel (1957), António dos Mártires Lopes (1971) e Sebastião Correia da Silva Leal (1898), Sobre o jornalismo de Cabo Verde, os raríssimos textos são os de A. X. da Silva Pereira (1895), Mimoso Moreira (1941), Bento Levy (1974), Maria Aparecida Santilli (2007) e José Júlio Gonçalves (1966b). Há ainda uma bibliografia abrangente, como a obra de Fernanda Reis (1943) ou de Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1885)⁹.

Como o título desse estudo indica, optamos pela referência a uma *imprensa jornalística colonial de expressão portuguesa*, como se disse, na linha seguida por Salvato Trigo a propósito das literaturas africanas, exposta em *Luandino Vieira, o logoteta* (Trigo, 1981). A *imprensa jornalística colonial* tem a ver com toda aquela produção jornalística impressa, realizada nas mais diferentes colônias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naqueles locais. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo e a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colônias, que ocorre depois de 1910, quando se estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colônias.

Quanto à *expressão portuguesa*, é porque ela traduz para o idioma português o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado, ou com aquela região identificado. Não podemos referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa cabo-verdiana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas de Angola, Moçambique ou Goa. Ou, ainda, uma imprensa expressa em língua inglesa, quantitativamente

9 Recentemente, publicou-se um belo estudo de Brito Semedo. No ano de 2013, institucionalizou-se uma associação de pesquisadores e editou-se seu primeiro volume de estudos produzidos por seus associados.

interessante. Definimos, deste modo, com clareza o objeto de estudo: a imprensa jornalística produzida nas antigas colônias de Portugal, que se expressou em língua portuguesa, exclusivamente.

Um segundo recorte foi dirigido àquela imprensa que apresentou maior importância em seu desenvolvimento, quais sejam, as de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa¹⁰. O fato de excluirmos os Açores (que possuem o jornal mais antigo de expressão portuguesa, ainda em circulação), a Madeira ou São Tomé e Guiné-Bissau, além de Macau, deve-se ao fato de estes estudos já estarem bastante bem desenvolvidos, necessitando, contudo, de uma unificação com os demais para que se alcance uma visão de conjunto, o que é, justamente, nosso objetivo concretizar.

Algumas características

As características que, a seguir, pretendemos identificar como *comuns* aos jornais estudados, por extensão, poderão também ser aplicadas em grande parte aos demais jornais da imprensa colonial ou do jornalismo da época, hipótese que estamos buscando confirmar, à medida que desenvolvemos nossos estudos:

1. envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, possuidores de alguma renda e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não devolução implicava a aceitação do mesmo e a emissão do boleto de cobrança, *a posteriori*;

2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia, quanto nas demais colônias ou metrópole. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censuriais), condenações ou absolvições;

10 Goa, e não Índia, porque os jornais em Goa mantiveram-se, em boa parte, editados em português, total ou majoritariamente, enquanto outros jornais indianos foram editados em inglês ou idiomas locais.

3. intenso e contínuo diálogo entre os jornais das colônias e destes com as publicações da metrópole: é comum a citação e transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, sejam os coloniais, referindo outros jornais coloniais, sejam os da metrópole, muitas vezes sendo por ela referidos e transcritos também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;

4. isso implica a constituição de um campo específico de circulação, aquém do círculo de leitores leigos e gerais, ou especializados – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo –, que a publicação buscava alcançar: pode-se aqui, pois, aplicar o conceito de *campus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (2000). Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto da imprensa de então;

5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior; por vezes, até a numeração é seqüenciada;

7. boa parte dos jornais coloniais, especialmente os de Angola e de Moçambique, é editada por antimonarquistas. Assim, seus editores e/ou diretores são exilados políticos ou funcionários públicos do Judiciário, o que não os livra de novas penalidades impostas pela metrópole;

8. contudo, menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias – as chamadas empresas majestáticas, espécie de empresas terceirizadas pela Coroa portuguesa. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Apesar dos nomes,

elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações. Essa situação se agrava quando da tensão provocada por potências como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, que pretendem ampliar sua presença no continente africano, ou ao longo da I Grande Guerra;

9. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra; críticas às atividades das empresas concessionárias de serviços públicos, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete a médio prazo na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade, criticar a companhia de administração, cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não são motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

10. a dimensão dos periódicos em geral é a do tabloide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações na sua centimetragem; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é dedicada à publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais e definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos e, neste caso, ligam-se claramente a um partido e são em geral fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida);

11. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor; a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas. Poderá ser um engenheiro ou um dentista, mas com titulação universitária, o que era sumamente complexo naquelas distâncias coloniais.

Essas primeiras observações, como dissemos, buscam tão-somente caracterizar alguns pontos em comum às publicações. Evidentemente, o levantamento realizado, e que se encontra ainda em condições interme-

diárias de elaboração, abre caminho para um sem-número de estudos, quer no âmbito daquele trabalho maior de uma história comparada entre a imprensa jornalística lusitana e a brasileira, incluindo-se aí o das ex-colônias portuguesas, quer um estudo específico que reúna todas essas colônias, e que é incompleto, quando existe. Ou, enfim, estudos específicos sobre o jornalismo de cada colônia, hoje nação, com suas características e o detalhamento de cada um de seus jornais, já que o material disponível é, em geral, de caráter histórico, e não analítico. Enfim, abre-se caminho, ainda, para estudos temáticos, sobretudo aqueles que interessam diretamente à teoria e à história do jornalismo, como, por exemplo, a respeito das concepções sobre jornalismo, a função social da imprensa, a resistência à censura, etc., que tais impressos e seus editores apresentavam à sociedade de então. E também, é claro, no desdobramento do projeto, para a história desse jornalismo, após as independências dessas colônias, a partir de 1975.

Como dissemos antes, as dificuldades para a consulta bibliográfica – escassa – são enormes, mas temos tido a sorte de encontrar boa receptividade da parte de outros pesquisadores, tanto no Brasil, ou em Portugal, quanto em países como Moçambique ou Cabo Verde, onde a colaboração entre colegas tem crescido significativamente.

O projeto que temos procurado desenvolver implica atividades conjuntas de profissionais da imprensa ou de pesquisadores, quer em Angola ou Goa, quer em Moçambique ou no Brasil. Na verdade, temos perdido espaços para visitantes inoportunos que buscam as fontes, manipulam-nas a seu talante e pouco permitem de retorno às comunidades de origem de tais publicações. O trabalho associativo que temos buscado, pelo contrário, tem permitido excelente intercâmbio cultural, compreensão e diálogo capaz de levar a uma interpretação flexível dos acontecimentos e, sobretudo, não colonialista.

Se levarmos em conta que a FAMECOS da PUCRS é uma excelente universidade e que recebe bolsistas internacionais em todos os seus semestres e cursos, podemos dizer que a bússola começa a se mexer no sentido de trocarmos informações e as disponibilizarmos entre nós, lendo-nos uns aos outros, o que é fundamental. Mais, lendo-nos com perspectivas de compreensão e disponibilidade, buscando o que nos aproxima, e não o que nos diferencia.

Nós não queremos mais que os *outros* nos estudem, queremos nos estudar nós a nós mesmos. Neste sentido o intercâmbio acadêmico é fundamental. Só assim o conceito de lusofonia, ao mesmo tempo que o de interculturalismo, será fomentado e solidificado: vamos conseguir nos entender melhor na medida em que bem compreendermos os outros. Mais que isso, melhor nos definiremos, na medida em que compreendamos que somos parte de um processo, que formamos uma unidade e uma identidade, ainda que com pequeninas variâncias.

Referências

- ARANHA, P. W. de B. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARROS, E. J. (2004). A imprensa portuguesa em Goa, na Índia. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 95-108). Lisboa: SOPCOM.
- BOURDIEU, P. (2000). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, F. de C. (1995). *História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia*. Odivelas: Europress.
- BRITO, B. G. de (1998). *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores-Contraponto.
- BRITO-SEMEDO, M. (2006). *A construção da identidade nacional. Análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro.
- CABRERA, A. (Org.) (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo – Séculos XIX-XX*. Lisboa: Horizonte-CIMJ.
- CARVALHO de Menezes, V. G. (1989). Apresentação do Boletim do Governo da Província de Moçambique. In Neves, J. A. das, *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.
- CHAPARRO, M. C. (2008). *Sotaques d'aquém e d'além mar*. São Paulo: Summus.
- CORREIA, J. M. N. (2011). *Da Cabopress à inforpress AS*. Ramada: ACD Artes Gráficas.
- CUNHA, A. M. da (1923). *A Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- DA Introdução da Tipografia à Passagem de Lourenço Marques a Cidade – Contexto Histórico – 1854-1887 (1954).
- DEVI, V. & Seabra, M. de (1954). *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, R. N. (1954). *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

- ERVEDOSA, C. (2001). *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70.
- ÉVORA, S. L. & Pereira, A. H. (Orgs.) (2013). *As ciências da comunicação em Cabo Verde*. São Paulo: INTERCOM.
- FEIJÓ, J. (2010). *Do passado colonial à independência. Discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)*. Maputo: Alcance.
- GONÇALVES, J. J. (1964). *A informação em Angola. Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- GONÇALVES, J. J. (1966a). *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, J. J. (1966b). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GRACIAS, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- GUIRADO, M. C. (2001). *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*. Lisboa: Piaget.
- HOHLFELDT, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação. *Comunicação e Sociedade*, Ano 30, n.º 51, janeiro-junho de 2009 (135-154). Curitiba, v. 12, n. 2, jul./dez. 2011. São Paulo: INTERCOM.
- HOHLFELDT, A & Amarante, M. I. (Orgs.) (2013). *África: Múltiplos olhares sobre a comunicação*. São Paulo: INTERCOM.
- LARANJEIRA, P. (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEAL, S. C. S. (1898). *Jornais indo-portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898*. Lisboa: Imprensa de Libânio de Silva.
- LEVY, B. (1974). *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*. Sem indicação de editora.
- LOPES, A dos M. (1971). *Imprensa de Goa – Monografia pelo 150.º Aniversário do primeiro jornal de Goa*. Sem indicação de editora.
- LOPO, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- LOURENÇO, J. P. C. (2003). *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*. Dissertação de Mestrado. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto.
- MELO, A. B. de (1986). *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Nova Iguaçu: Semana Ilustrada Editorial Ltda.
- MOUILLAUD, M. (1997). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15.

- MURIAS, M. (1940). *História breve da colonização portuguesa*. Lisboa: Ática.
- NEVES, J. A. das (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.
- NOVAS da Infelicidade da Armada de Sua Majestade que Escreveu o Mestre da Sota Capitania, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.
- OLIVEIRA, M. A. de (1961). *A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda: Editorial NOS.
- 1.º Centenário da Imprensa em Moçambique (1954). *Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos, em 13 de maio de 1954*. Sem indicação de editora e local.
- QUINTERO, A. P. (1994). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- RAFAEL, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RANGEL, J. (1957). *A imprensa em Goa*. Goa, Bastorá: Tipografia Rangel.
- REIS, F. (1943). *O jornalismo colonial na metrópole*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- ROCHA, I. (2000). *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil.
- RODRIGUEZ, A. P. & Rocha, N. (1994). História do jornalismo português. In A. P. Quintero, *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- SANTILLI, M. A. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Cabo Verde. Ilhas do Atlântico: em prosa e verso*. São Paulo: Arte & Ciência.
- SILVA, H. R. da (1992). *Informação portuguesa de Macau*. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.
- SOARES, F. (2001). *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2013). *Estudos sobre o Mercúrio português (1663-1667). Discurso e contexto*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Porto: Media XXI.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2011). *A Gazeta "da Resauração": Primeiro periódico português. Uma análise do discurso*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2011). *António Rodrigues Sampaio. Jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P.; Pinto, M.; Silva, N.; Silva, G. & Delicato, M. (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

- TENGARRINHA, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
A terceira edição é de 2013, inteiramente ilustrada e revisada, mas não ampliada. Lisboa: CírculoLeitores.
- TRIGO, S. (1981). *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília.
- TRIGO, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília.